

2

O lugar do pobre na cidade: dos Cortiços à Favela

2.1

O cortiço: o lugar das classes perigosas

Há cento e dezoito anos, o Brasil saía da monarquia e passava à República a partir de um golpe de Estado dado pelo exército, apoiado pelas elites cafeiras e pelos setores médios urbanos. Nesse episódio o povo assistiu a tudo “bestializado” (Carvalho,2002), ou seja, não participou e muito menos foi convidado a se juntar aos republicanos que, no entanto, proclamavam a República em seu nome. Nascia um novo regime de governo, mas as velhas práticas continuariam e, infelizmente, ainda nos acompanham até hoje.

Contudo, o projeto republicano era elitista sem ser unitário. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2003), havia, pelo menos três grupos políticos que reivindicavam “Repúblicas” diferentes: os liberais defensores de uma República ao estilo estadunidense; os jacobinos defensores de uma República popular nos moldes da idealizada por Robespierre durante a Revolução Francesa, e os positivistas que defendiam uma República autoritária e militarizada inspirada nos ideais positivistas de Augusto Comte.

No entanto, o que aproximava essas correntes políticas, tão diferentes e mesmo antagônicas, eram as concepções de modernidade e progresso. Havia o ideal e o desejo de que o Brasil passasse a integrar os quadros das grandes nações capitalistas desenvolvidas da época.

Essa modernidade, no caso do Brasil, carregava alguns pressupostos: a) o federalismo, como forma de descentralizar o poder político, fato que favorecia as oligarquias estaduais, sobretudo a cafeeira ávida por mais liberdade de ação e poder; b) a liberalização da economia como forma de inserção do Brasil nos quadros das nações capitalistas, mesmo que de forma subalterna, a partir da intensificação e liberdade comercial e, por fim, como complemento dos dois outros pressupostos; c) a urbanização das principais cidades brasileiras, principalmente da capital da República que acabara de nascer, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro.

Esse era um ponto crucial, a capital deveria deixar o seu passado colonial atrasado e acanhado e virar uma cidade “capitalista” moderna, cosmopolita, transformando-se na “Paris Tropical” (Needell,1993). Desse modo, é sintomático que praticamente todos os discursos presidenciais do início do século XIX coloquem como prioridade absoluta a questão da reforma e urbanização da capital da República.

O Rio de Janeiro era, desde os tempos coloniais, a “porta de entrada” do Brasil para imigrantes, escravos, mercadorias e investidores sendo, por isso, o local privilegiado da política e dos grandes negócios do país. Devido à sua importância, era pela cidade que deveria ser iniciada a modernização da sociedade, da economia e mesmo do Estado brasileiro.

Era a partir da renovação de sua capital que a nação deveria dar um salto e entrar para o “mundo civilizado”, colocando-se ao lado de países como Inglaterra, França e EUA. Contudo, a cidade do Rio de Janeiro apresentava inúmeros problemas graves, dois dos quais receberiam atenção especial, pois se colocavam frontalmente contra o projeto republicano, eram eles: a questão sanitária e, indissociável desta, a questão da habitação popular. Essas questões geravam grande insegurança na população e chamavam atenção das autoridades, pois inúmeros conflitos sociais foram gerados a partir desses dois problemas.

Desde o século XVIII, a cidade atraía migrantes e imigrantes⁵, por isso sua população tinha aumentado de forma constante. Com o advento da abolição da escravidão – que liberou o que ainda restava da mão-de-obra escrava em 1888 – e a incipiente industrialização do início do século XX, a concentração populacional na área central do Rio de Janeiro aumentou muito. No entanto, o número de habitações destinadas às camadas populares não acompanhou tal crescimento.

Desse modo, o século XX começa com uma gravíssima crise habitacional, pois não se construíam casas para a população de baixa renda, fazendo com que as casas de aluguel ficassem cada vez mais superlotadas e precárias. Era total o descaso do poder público, que se perdia em debates inócuos sobre a solução do problema e, de fato, nada fazia. A falta de habitações populares a preços acessíveis obrigava uma enorme massa de trabalhadores de baixo poder

⁵ No primeiro momento a exploração do ouro em Minas Gerais e mais tarde, a riqueza do café atraem um número cada vez maior de pessoas, sobretudo, das decadentes áreas açucareiras do nordeste.

aquisitivo a viver em situação inóspita, apinhada em casebres paupérrimos e insalubres localizados no velho centro da cidade. Esses locais, conhecidos como cortiços, habitações coletivas que marcaram a paisagem urbana da cidade durante o século XIX, foram os alvos preferidos da “ação modernizadora” da República.

O território que os cortiços ocupavam os colocava no centro da paisagem urbana e provocava a enorme cobiça de setores ligados à especulação imobiliária que viam ali uma grande oportunidade de negócios. O mais interessante é que essas casas já viveram dias de glória quando nelas residiam os velhos barões do café, durante o período imperial. No entanto, com o povoamento intenso do terreno central da cidade as famílias mais abastadas se retiraram e foram viver nos distantes arredores da cidade, próximos ao mar. De lá nasceria mais tarde um conjunto de construções que passaria a abrigar a elite carioca.

Com a saída das famílias mais abastadas, as casas passaram a ser alugadas e com o constante déficit habitacional elas foram sendo divididas em vários cômodos internos para aumentar sua capacidade de acomodação, o que rediria mais lucros para seus proprietários. Certamente, isso atraiu um grande número de pessoas que não poderiam adquirir uma casa no centro da cidade, mas precisavam estar ali por conta das atividades econômicas que exerciam.

Rapidamente, essas habitações se precarizaram, pois seus moradores não possuíam condições financeiras para fazer reformas e nem seus donos se responsabilizam por tais empreendimentos. A vida nos cortiços era insalubre. Com isso, essas habitações foram responsabilizadas pelo atraso social e por toda a sorte de malefícios da cidade.

Contribui para reforçar essa idéia a teoria higienista, muito difundida na Europa e abraçada aqui no Brasil pelos médicos sanitaristas e por toda a “sociedade letrada”. Essa teoria identificava toda a sorte de doenças com a pobreza de forma automática e via nos cortiços a causa primeira das epidemias que assolavam a cidade.

Tal fato decorria da precária configuração material dos cortiços. Muitos quartos não possuíam janelas, os banheiros eram coletivos, o recolhimento de lixo era inexistente. Tudo isso numa cidade onde a falta de água era normal, por exemplo.

Não raro doenças como a cólera, a malária, o tifo e a febre amarela atingirem primeiro as pessoas que habitam nos cortiços e de lá ganhavam as ruas, as tavernas, e até os palácios. No entanto, seria injusto acharmos que os grandes

vilões eram os pobres que moravam de forma tão precária, pois isso ocorria porque a cidade não possuía estrutura que desse conta de questões básicas como o abastecimento de água, o esgoto e o recolhimento de lixo. E, também, não havia qualquer assistência sanitária ou médica aos mais pobres.

O próprio imperador D. Pedro II se deslocava com a família imperial para a cidade criada especialmente para recebê-lo nessas ocasiões (Schwarcz,1999), pois quando se aproximava o verão as epidemias assombravam as elites cariocas. Como ocorre com a maioria das doenças, não havia distinção entre ricos e pobres. Assim o verão era a época mais difícil para a população que não tinha os mesmos recursos de sua majestade, pois o lixo acumulado, a falta de esgotamento, a falta de água e de um plano sanitário que pudesse socorrer a população, acabavam condenando centenas de cariocas à morte.

Assim, por conta da presença maciça de uma população constituída por pobres no centro da cidade, que habitava em moradias precárias e ao mesmo tempo insalubres, a ação modernizadora da República se pautaria pelo conceito e pelo discurso - que já vinha se delineando desde o fim da monarquia - das “classes perigosas”. Segundo essa visão, compartilhada pela “boa sociedade” e pelo Estado, os espaços populares, como os cortiços, seriam não só produtores de toda a sorte de malefícios que assolavam a sociedade, mas também de todos os desajustados sociais.

De acordo com essa visão, dos cortiços saíam não só as epidemias, mas também: vadios, viciados, jogadores, criminosos, bêbados e prostitutas. Assim, esses espaços constituíam um território tenebroso, habitado por pessoas perigosas e potencialmente ameaçadoras.⁶

Tal visão se consolidou a partir de episódios como a Revolta da Vacina, ocorrida nos primeiros anos da República, quando a população pobre do Rio de Janeiro tomou as ruas contra a vacinação obrigatória instituída em 1904, pelo governo federal, com base na atuação de Oswaldo Cruz. A população se mostrou profundamente insatisfeita com o tratamento, muitas vezes violento, dispensado a ela pelos agentes de saúde. Além da forma abrupta como era feita a vacinação, havia a total falta de esclarecimento a respeito de sua eficácia. Nesse episódio, a

⁶ É interessante notar que esse discurso centenário ainda perpassa a maioria das análises feitas hoje sobre os espaços populares.

reação popular assustou os setores conservadores e obrigou o governo a recuar e retirar a obrigatoriedade da vacinação.

Ficava muito claro que a insatisfação não se limitava apenas à questão da vacinação obrigatória, mas ia muito além e se transformara em um protesto contra o Estado que não reconhecia os mais pobres como cidadãos. Logo a República que vinha como a promessa da igualdade, ao menos perante a lei.

Diante desse quadro, era preciso, dentro da ótica do Estado e dos setores dominantes, tomar uma atitude urgente contra esse estado de coisas. Por isso, o caminho adotado foi o da erradicação das habitações populares através de sua completa remoção física e o desalojamento de seus habitantes da área central da cidade. Essa decisão ganhou efusivo apoio das elites cariocas – grande parte interessada na área central da cidade que ficaria livre para a especulação imobiliária e comercial - expresso principalmente nos jornais da época.

O primeiro a sofrer a ação demolidora da modernização republicana foi o célebre cortiço conhecido como “Cabeça de Porco”. Localizado na Rua Barão de São Félix, esse cortiço abrigava perto de duas mil pessoas (Chalhoub,1996) e era o maior da cidade.

O prefeito Barata Ribeiro⁷, apoiado no discurso higienista da erradicação das epidemias e da limpeza da cidade, pôs abaixo os velhos casarões sem se importar com a sorte de seus antigos moradores⁸. No entanto, alguns historiadores afirmem que, num rasgo de benevolência, o prefeito teria permitido que as pessoas juntassem madeiras dos escombros da demolição e construíssem barracos no morro que ficava atrás do cortiço (Benchimol,1990) É interessante notar que, por volta de 1897, esse morro veio a ganhar o nome que mais tarde se estenderia a todas as habitações similares que se multiplicariam pela cidade: morro da favela.⁹

⁷ Barata Ribeiro seria uma espécie de protótipo de prefeito que mais tarde inspirou muitos outros políticos cariocas, sobretudo, por sua principal característica, ou seja, a profunda antipatia pelas classes populares.

⁸ A demolição do Cabeça de Porco foi uma verdadeira operação de guerra. O prefeito havia dado um prazo máximo de 3 dias para que as famílias desocupassem o local, este prazo não foi cumprido e havia rumores de que haveria resistência armada. Por isso, Barata Ribeiro se fez acompanhar por policiais, bombeiros e 40 funcionários de empresas de demolição que puseram abaixo o velho cortiço.

⁹ A hipótese mais aceita hoje para o nome favela é a de que quando os ex-combatentes da Guerra de Canudos voltaram da batalha, receberam autorização dos oficiais do exército para se fixarem no morro ocupado inicialmente pelos moradores do Cabeça de Porco. Estes soldados teriam dado o nome ao morro de “Morro da Favela” porque lá no sertão baiano onde haviam combatido, ficaram acampados em outro morro com esse nome.

Nunca é demais salientar que a construção do conceito de classes perigosas e a demolição dos cortiços atendiam interesses do grande capital e da especulação imobiliária. Seguindo os passos de Engels (1979), concluímos que essa política de erradicação era guiada pela lógica da repartição espacial burguesa da cidade, muito mais do que por uma preocupação com a saúde da população carioca. A ação estatal é claramente orientada por uma visão de classe. É ela quem informa onde devem habitar ricos e pobres na cidade modernizada¹⁰. Assim, deveria ser corrigido o “erro” cometido pela sociedade escravista imperial que não distinguia muito bem os “espaços” e os territórios de cada grupo social.

As habitações populares e seus moradores deveriam deixar o centro do Rio de Janeiro para dar lugar à construção de largas ruas por onde deveria circular o comércio e onde seriam construídos novos prédios de escritórios, armazéns, cafés, teatros e cinemas. A velha cidade colonial, tosca e acanhada, deveria ceder lugar a uma cidade renovada, urbanizada e sem a presença incômoda das classes perigosas. A cidade deveria se tornar “maravilhosa”.

A Reforma Passos¹¹ concluiria essa missão com êxito. Apoiado firmemente no Clube de Engenharia e nos médicos sanitaristas, o prefeito Pereira Passos faria a maior intervenção urbana da história do centro da cidade do Rio de Janeiro. Pelo menos vinte mil pessoas foram despejadas e centenas de casarões foram demolidos. O próprio morro do Castelo, para onde Estácio de Sá teria levado a cidade que havia criado, seria quase que inteiramente arrasado. As pás e picaretas, expressões da modernidade, não poupariam nada em seu caminho.

Contudo, a questão da habitação popular não foi resolvida, pois a Reforma Passos apenas desalojou as pessoas e as retirou das áreas mais valorizadas da cidade não se preocupando com o destino das famílias que ficaram sem onde habitar. Nota-se claramente que havia a certeza de que o problema da habitação não era coletivo, não era uma preocupação do Estado, mas sim, um problema individual. Cada um deveria dar um jeito no seu problema de moradia.

O que as pessoas desalojadas fizeram foi literalmente subir o morro. Sem poder sair das proximidades de seus locais de trabalho foram obrigadas a ocupar

¹⁰ É patente a influência e mesmo as pressões levadas a cabo pelo clube de engenharia no plano de melhoramentos da prefeitura.

¹¹ Reforma do centro do Rio de Janeiro levada a cabo pelo então prefeito Francisco Pereira Passos. Esta reforma demoliu grande parte do antigo centro, abrindo ruas e avenidas.

espaços e terrenos que ainda não eram valorizados e não estavam na mira da especulação imobiliária. Isso intensificou, nesse momento, a ocupação dos morros cariocas¹². Assim, com a Reforma Passos, o Rio de Janeiro saía da Era dos cortiços e entrava na Era das favelas.

2.2

A favela: o Lugar do pobre na cidade

O engenheiro e membro do Rotary Club do Brasil, Mattos Pimenta, um dos pioneiros no estudo sobre as favelas, afirmava em 1926:

...é mister que se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das ‘favellas’ – lepra da esthetica, que surge ali no morro, entre a estrada de ferro Central do Brasil e Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais prógdiga de beleza(Apud:Valladares, 2005)

A favela aparece, assim, como lepra da estética. Ela torna a cidade mais feia derramando sua “sujeira” sobre a beleza do Rio de Janeiro. Essa visão foi amplamente divulgada pela imprensa da época. Jornais como O Globo, A Notícia, Jornal do Comércio e Jornal do Brasil se empenharam em uma campanha pelo efetivo desaparecimento das favelas e remoção das populações faveladas. Seguiram essa mesma linha importantes instituições sociais como o Rotary Club do Brasil, o Clube de Engenharia e muitos médicos sanitaristas. Segundo a visão desses atores sociais, era preciso continuar o combate iniciado contra os velhos cortiços, pois o “inimigo”, ou seja, “as classes perigosas”, era o mesmo e apenas se apresentava de outra forma.

Assim, a primeira grande intervenção sobre a favela se deu na gestão do prefeito Antonio Prado Junior que, por volta de 1927, convidou o urbanista e sociólogo francês Alfred Agache para formular um plano de reforma e embelezamento para a cidade do Rio de Janeiro. Muito embora o plano não tivesse como alvo específico as favelas, esses territórios receberam atenção especial.

¹² Existem registros de ocupação de alguns morros, de forma muito vaga, já em 1865.

Ao final de seus estudos, o urbanista, apesar de reconhecer que as favelas eram produtos da “indiferença manifestada até hoje pelos poderes públicos, relativamente às habitações da população pobre”, apresentava uma visão da favela muito próxima da defendida por Mattos Pimenta. Agache a definia como uma “doença” que:

Suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe o morro de seu enfeite verdejante e corree até as margens da mata na encosta das serras.(ibid., p.42)

Desse modo, existe a reprodução da mesma visão de estudos anteriores sobre a favela, ou seja, de que ela é um mal que torna a cidade mais feia e a degrada. Contudo, é interessante observar que, se por um lado, Agache vê a favela como um mal, por outro lado, ele é o primeiro, com seu olhar sociológico e estrangeiro, a perceber que ali se estabelecia uma relação comunitária muito forte, como fica claro no trecho a seguir:

Pouco a pouco surgem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogênea, nasce um princípio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento de propriedade territorial. Famílias inteiras vivem uma ao lado da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos armazéns, comércio, botequins, alfaiates, etc. (ibid.,p 48)

Todavia, mesmo reconhecendo aspectos positivos e a existência de uma outra sociabilidade nos espaços favelados, muito diferente do retratado nos jornais da época que insistiam em retratar a favela como um “antro de marginais” e desocupados, Agache ao fim de seu relatório, propõe a remoção das favelas e a alocação de sua população em parques proletários. Esses parques deveriam ser locais nos quais a população pobre pudesse habitar em condições salubres, através de casas simples e funcionais e onde pudessem ser preparadas e conduzidas a uma vida “normal”.

Essa contradição, ou seja, ver a favela como um território onde a vida acontece de forma regular e produtiva, mas ao mesmo tempo, vê-la como lugar sujo e degradado, é resolvida quando observamos mais de perto o projeto que está na essência do Plano Agache. Nele a cidade deveria ser dividida de acordo com os interesses e usos do grande capital. Por isso nessa cidade nova, capitalista,

planejada racionalmente, cada classe social deveria ter o seu lugar. Incluía-se aí os pobres que passariam a ser controlados pelo Estado nos Parques Proletários. Entretanto, por uma série de razões econômicas e políticas, sobretudo, por conta das novas orientações do populismo, o plano Agache não foi posto em prática.

Outro momento importante na história das favelas se dá em 1937, quando surge o primeiro código de obras da cidade. Nele foi criado um capítulo que trata especificamente das favelas. A proposta básica retoma o que o engenheiro francês já propusera em seu relatório final, ou seja, a remoção das populações faveladas e a criação de “alojamentos salubres” para abrigá-las.

Contudo, paradoxalmente, se fala em remoção, o código também fala em contenção do crescimento das favelas, ou seja, abre pela primeira vez a possibilidade do reconhecimento das favelas como territórios da cidade onde habitam pessoas que não têm condições de pagar por outro tipo de moradia. O que se tem, então, é a possibilidade de uma “aceitação” ou tolerância de sua existência, ao menos enquanto os parques proletários não se materializam.

Temos assim o estabelecimento de duas premissas importantes: a primeira afirma que a favela é uma alternativa para os mais pobres e não um local de desordeiros e facínoras; a segunda, que o Estado deve estar comprometido com a criação de habitações que atendam às necessidades da população mais necessitada.

Obviamente, essas concepções nascem dentro de parâmetros autoritários e sob a ótica das elites, muito mais interessadas em manter essas populações sob controle do que em resolver de fato a questão das condições precárias em que elas viviam e habitavam.

Valladares (Ibid.,p49) demonstra, ainda, que essa mudança de atitude implica em que o problema da habitação deixa de ser uma questão meramente individual para passar a ser uma questão do Estado, mesmo que dentro de uma ótica autoritária. Isso tem relação com a forma como vai se estruturando o discurso populista que influencia a ambigüidade que marca o código de obras de 1937.

Não esqueçamos que estamos na década de 30, e de que esse é o momento em que o populismo varguista coloca a questão das “massas populares” no centro do debate político e tenta ampliar seu próprio capital político à custa dessas “massas” que cada vez mais correm para os grandes centros urbanos brasileiros em busca de melhores condições de vida.

Desse modo, com o “aparecimento” das massas urbanas no cenário político e econômico brasileiro, seus problemas e seu modo de vida, cada vez mais têm de ser considerados e ganham amplitude e expressão nas correlações de força política que se estabelecem nos turbulentos anos 30.

Um caso emblemático desta nova postura frente à população que habita nas favelas cariocas é o do prefeito Pedro Ernesto. Ele é um dos fundadores de uma política de aproximação com as populações faveladas que reconhecia as dificuldades dos moradores e, a partir daí, procurava capitanear para si os dividendos políticos dessas mesmas dificuldades. Só para termos uma rápida idéia do que isso significava, basta dizer que Pedro Ernesto tinha pelo menos 100 afilhados em diversas favelas da cidade e atuava como mediador entre os interesses dos favelados e o poder público (ibid.,p, 50).

Com isso, Pedro Ernesto foi um dos prefeitos mais populares da cidade, a ponto do próprio Vargas o destituir do cargo por conta, exatamente, desse enorme prestígio junto às populações faveladas. Vargas não queria concorrência.

Ao enterro de Ernesto, em 1942, compareceram centenas de moradores desses espaços populares, bem como membros das primeiras escolas de samba da cidade que o prefeito havia ajudado a organizar.

Para o bem e para o mal, o discurso varguista e o populismo contribuíram para a definição da favela como espaço e o local do pobre na cidade. Aos poucos as diversas forças políticas passam a reconhecer a favela como um lugar que poderia render dividendos políticos importantes e por conta disso agem de maneira ambígua junto à população favelada.

Instituições como a Igreja Católica também procuraram criar uma relação mais próxima junto aos favelados. Em 1946, foi criada a Fundação Leão XIII, a partir de uma “parceria” entre a prefeitura e a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Essa instituição deveria dar assistência às populações das favelas cariocas e ao mesmo tempo controlá-las, educá-las, “civilizá-las”. Outro objetivo dessa iniciativa era impedir que forças políticas mais progressistas, sobretudo, os comunistas pudessem ter influência sobre as populações faveladas (Valla, 1986). Por isso a fundação Leão XIII procurou ajudar as populações faveladas a garantir alguns direitos básicos, tais como: luz, água, esgoto.

Com isso esperava-se conter qualquer germe de reivindicação ou mobilização dos moradores. Assim, segundo Burgos (apud: Silva & Barbosa,

op.cit.,p. 41), a principal função da Fundação Leão XIII era a de fomentar, “ao invés do conflito político (...)o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso aos bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica a resignação...”

Desse modo, a atuação dessa instituição se pautou por uma ação paternalista, autoritária, e mesmo preconceituosa, pois não reconhecia os moradores das favelas como sujeitos de direitos e tratava-os como pessoas que precisavam ser “civilizadas” para integrarem a sociedade.

Contudo, paradoxalmente, a Fundação Leão XIII contribuiu para a fixação definitiva de muitas favelas, pois ao mesmo tempo em que procurava controlá-las promoveu também a organização de seus moradores, seja quando ajudava a organizar mutirões de coleta de dinheiro para melhorias internas nas favelas (Silva & Barbosa. *ibid*.p.42), seja quando fomentou a criação de associações de moradores ou mesmo quando suas ações acabavam por obrigar os moradores a se organizarem, contra sua postura autoritária.(Sousa Silva, 1995).

É interessante observar que, sobretudo, a partir da década de 50, com a maior organização dos moradores, a presença cada vez mais constante de políticos nas favelas em busca de eleitores, a volta de Vargas e do populismo ao poder e o declínio da experiência dos parques proletários (Silva & Barbosa. *Op.cit.*,p.43), a favela se fixa definitivamente como fenômeno social que não pode mais ser ignorado.

Tal fato interessa cada vez mais aos intelectuais, aos jornais, à academia e ao Estado. O lugar dos pobres ganha visibilidade, ocupa mais territórios, cresce e, por isso, precisa ser mais bem conhecido.

2.3

O crescimento das favelas e sua invisibilidade

Em 1940, o Dr. Vitor Tavares de Moura, então diretor do albergue da Boa Vontade, apresenta um relatório sobre o “problema” das favelas ao governo do prefeito Henrique Dodsworth que deveria dar uma solução definitiva à questão da favela. O que ele propõe não é algo novo, ao contrário, retoma a idéia do plano Agache, ou seja, os favelados deveriam ser removidos para parque proletários e lá

deveriam receber uma pedagogia civilizatória para que pudessem se integrar à ordem natural da sociedade.

Segundo Valla (op.cit.,p. 35)foi criada uma comissão, em 1941, para estudar a solução para as favelas que propõe, a partir do relatório de Vitor Tavares Moura, entre outras coisas:

O controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social (...) o retorno de indivíduos de tal condição para seus estados de origem(..)[e] a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas de modo a corrigir os hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia (apud: Valla. Op.cit.,p.36).

Contudo, outro fato chama a atenção no relatório apresentado por Moura. Desde o início ele destaca a falta de dados e de conhecimentos mais específicos sobre as favelas do Rio de Janeiro. E isso num contexto em que elas continuam a crescer e se espalhar. Talvez seja por isso, que os anos 40 inauguram uma série de estudos públicos e privados sobre a temática da favela e de seus moradores. Cabe lembrar que em 1948 é feito o primeiro censo de favelas do “Distrito Federal” o qual localiza e dimensiona as favelas da capital da República. Dois anos mais tarde é realizado o censo do IBGE que traz dados sobre as favelas e pela primeira vez procura definir conceitualmente o que é a favela¹³.

O que o Censo revela é que há aumento do número de favelas em todas as áreas da cidade, especialmente na zona norte: Méier com 17 favelas e no subúrbio da Penha com 11 favelas. Na Zona Sul, Botafogo é o bairro onde ocorre o maior crescimento chegando ao total de 14 favelas.

Segundo Valladares (op.cit.,p.75) os primeiros estudos acadêmicos sobre as favelas, ainda na década de 40, demonstram que a maioria de seus habitantes é do próprio estado do Rio de Janeiro. Contudo, esse fato muda na década seguinte, quando as levas de migrantes do norte e nordeste do Brasil começam a chegar em maior número atraídos pela promessa de uma vida melhor, de garantias trabalhistas que não existiam no campo e do “desenvolvimentismo” que investia mais pesadamente no parque industrial da cidade.

¹³ Trataremos dessa definição no item 1.5 deste capítulo.

Essa situação cria uma nova crise habitacional que é agravada por uma total falta de investimentos públicos em moradias para a população pobre da cidade. Por isso, é errado afirmar que o problema das grandes cidades reside apenas no inchaço provocado pelo aumento do número de pessoas.

Na verdade, a crise é gerada em grande parte pela falta de investimentos públicos na construção e financiamento de casas populares o que demonstra o total descaso dos governos com a habitação popular. Esse fato tem está ligado à própria dinâmica da sociedade brasileira, estruturada em bases absolutamente desiguais no que se refere à produção e à apropriação das riquezas geradas no país. Não esqueçamos que o Brasil se insere, mesmo que de forma subordinada, no quadro das nações capitalistas, cuja dinâmica de funcionamento baseia-se na desigualdade de classe.

Assim, o que ocorre é um aumento considerável das favelas, tanto em termos de ocupação de novas áreas quanto em crescimento interno. Algumas chegam a crescer 500% na década de 60, como é o caso do morro da Coroa (Santa Teresa) e da Rocinha que cresceu 200%. (Pereria da Silva, 2005). Esse fenômeno continua presente e muito vivo ainda hoje, muito embora a direção do crescimento tenha mudado e acompanhado a expansão da cidade em direção a Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

Ainda nos anos 60, com o crescimento vertiginoso das favelas, muitos atores sociais voltam a levantar a bandeira da remoção. Por isso, retoma-se com vigor a idéia de que a favela é um mal que precisa ser extirpado. O governador Carlos Lacerda e, seus sucessores, (Valladares, op.cit., p. 130) Negrão de Lima e Chagas Freitas, são os repensáveis pela remoção de pelo menos oitenta favelas e de mais de 139 mil pessoas.

É interessante observar que mesmo no governo de Negrão de Lima, eleito em 1965, como único governador de oposição ao regime militar implementado em 1964, e que vinha com a promessa de uma nova relação com as favelas, a política de remoção não foi atenuada. Segundo Valla (op.cit.,p.98), isso se deve a criação da Coordenadoria de habitação de interesse Social da área metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM) um órgão federal subordinado ao ministério do interior e ao Banco Nacional de Habitação (BHN). A criação da CHISAM teria sido uma resposta dos militares a Coordenadoria de Desenvolvimento Social da Comunidade (CODESCO) criada pelo governo do estado da Guanabara em 1965.

A CODESCO foi criada pelo governador da Guanabara¹⁴ Negrão de Lima que trabalhava com a idéia de desenvolvimento e cooperação comunitária das favelas numa clara perspectiva de cooptação das lideranças locais e da introdução de princípios e práticas que procuravam evitar os conflitos ou reivindicações, ao mesmo tempo em que procurava integrar os favelados, considerados como desajustados, à “normalidade e a sociedade”.

Contudo, com a criação da CHISAM, o governo federal toma para si a tarefa de “solucionar” a questão das favelas no Rio de Janeiro e abre, em consonância com seus princípios autoritários, novamente a via da remoção como solução final. Não agradava nada a atuação da CODESCO que com sua ação, mesmo numa perspectiva controladora e assistencialista, mobilizava os moradores das favelas no sentido de, em mutirão, resolver seus próprios problemas. Apesar da experiência da CODESCO ser localizada e se resumir a apenas três favelas¹⁵, o seu exemplo poderia ajudar na fixação definitiva das favelas.

Assim, a CHISAM expressa bem o que pensavam e o que queriam o governo militar e as elites que dominavam o país. Entre as principais atribuições da instituição estava “a integração dos moradores [das favelas]¹⁶ à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também, no modo de pensar e viver”. Culpavam-se ainda os moradores das favelas por suas dificuldades quando afirmava que: “a população das favelas não têm benefícios porque não paga impostos” (Valla,op.cit.,p.99). O mais interessante é observar o quanto tais concepções ainda se fazem presentes nos discursos do poder público e de atores sociais dos mais variados matizes.

Notadamente, as remoções desse período se dão em favelas localizadas em áreas centrais da cidade ou da já valorizada Zona Sul, permitindo inferir que a remoção andava de braços dados com o velho projeto de uma cidade que tivesse lugares distintos para ricos e pobres. O quadro abaixo nos dá uma idéia das remoções ocorridas no período.

¹⁴ O estado da Guanabara compreendia o que é hoje a cidade do Rio de Janeiro.

¹⁵ As favelas eram: Brás de Pina, Mata Machado e Morro da União.

¹⁶ Grifos nossos

Quadro 1: Remoções realizadas no Estado da Guanabara no período 1962-1974.

Administrações	Total de favelas removidas	Total de casas removidas	Total de habitantes removidos
Carlos Lacerda(1960-1965)	27	8.078	41.958
Negrão de Lima(1965-1970)	Mais 33	Mais de 12.782	70.595
Chagas Freita(1970-1974)	20	5.333	26.665
Total	80	26.193	139.218

Fonte: COHAB-GB (Apud. VALLADARES, 1980).

Apesar dos seguidos esforços empreendidos pelos programas de remoção, nas décadas de 60 e 70, a população residente em favelas continuou a crescer e intensificou sua resistência. A tabela abaixo nos dá uma idéia mais precisa desse fenômeno.

Tabela 1
Crescimento da População Residente em Favela no Município do Rio de Janeiro (1950-2000)

Ano	População Total	População Residente em Favelas	Crescimento da População total (% a.a.)	Crescimento da População Residente em Favelas	Proporção da população residente em favelas (%a.a.)
1950	2.375.280	169.305	-	-	7,13
1960	3.300.431	335.063	3,34	7,08	10,15
1970	4.251.918	565.135	2,57	5,37	13,29
1980	5.090.723	722.424	1,82	2,49	14,19
1991	5.480.760	962.793	0,67	2,65	17,57
2000	5.857.904	1.092.492	0,74	2,40	18,65

Fonte: Censos Demográficos – IBGE – IPLANRIO – IPEA – 1991/ 2000

A tabela 1 nos permite verificar que mesmo com a intensificação da política de remoções e do autoritarismo dos governos militares, que chegou a prender e torturar lideranças faveladas, sobretudo, ligadas à FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara) - fechada em 1968 -,o crescimento das favelas durante os anos 60 e 70 foi extraordinário. São os seguintes os percentuais de crescimento da população nas favelas: 7,08%, na década de 60, e 5,37%, na década de 70. Isso

significa quase o dobro das taxas de crescimento encontradas para população total do município, que oscilaram entre 3,34% e 2,57%, no mesmo período.

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, as remoções são atenuadas e ocorre a intensificação da luta pela fixação e urbanização das favelas do Rio de Janeiro. Alguns fatores foram importantes para esse movimento. Em primeiro lugar, essa é a época em que o tema da redemocratização política no Brasil começa lentamente a ganhar força e a participação popular aparece no cenário político como fator de pressão social fundamental para o esgotamento e desmantelamento do regime militar.

Um bom exemplo desse fato é a criação da Pastoral de favelas no Rio de Janeiro que se inspirou na teologia da libertação para a América Latina, proposta apresentada em 1968, na histórica reunião de Medellín, na Colômbia, quando a Igreja Católica procura responder às demandas das populações mais pobres e, para isso, repensa sua atuação e se propõe a uma aproximação com os mais pobres de uma maneira diferente do que havia sido até então.

De uma postura que colaborava com o Estado e defendia os interesses deste frente aos favelados, ela passa a defender o direito à fixação das populações faveladas e o direito à posse da terra. É emblemática, por exemplo, sua atuação na questão da remoção da favela do Vidigal no Leblon. Depois de mais de 30 anos de existência dessa favela seus moradores se viram ameaçados de remoção pela Prefeitura, porém junto com a Pastoral de Favelas moveram uma intensa batalha judicial contra a remoção. Remoção essa que foi impedida a partir da mobilização de toda a comunidade e da resistência física contra os agentes do Estado que lá estiveram para executar a retirada dos moradores e a destruição dos barracos.

Um segundo fato que chama atenção diz respeito a instituições, que, no plano internacional financiavam programas sociais nos países mais pobres sofrem uma reorientação nas suas ações. Assim, organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), que, preocupados com as condições de vida nas favelas e periferias dos países pobres e sua potencialidade para o aparecimento de movimentos reivindicatórios e mesmo revolucionários, passam a financiar projetos e programas que tinham como principal objetivo melhorar a vida de milhões de pessoas que se encontravam em situação de extrema pobreza nas grandes cidades do mundo. Isso deveria evitar conflitos e o surgimento de focos de contestação.

No plano nacional, o Banco Nacional de Habitação (BNH) também passa por uma reorientação de suas ações. Criado inicialmente para, entre outras coisas, auxiliar o governo federal a remover as favelas e com isso “acabar com as tensões sociais”, a instituição passa a financiar casas para a classe média e pauta suas ações pela lógica do lucro.

Assim, como os trabalhadores não têm renda suficiente para arcar com as despesas de financiamento de suas casas, o BNH vai atuar como um “banco privado”, ou seja, só financia os setores sociais que podem pagar pelo serviço. Desse modo, a remoção das populações faveladas para conjuntos habitacionais vai ser deixada de lado por conta do altíssimo número de inadimplentes e porque o Banco deve se auto-sustentar.

No plano mais local, o governo Chagas Freitas(1970-1974) inaugura uma política do tipo clientelista que consistia no loteamento político do estado do Rio de Janeiro. O estado foi dividido em áreas de influência entregues a políticos profissionais que passam a atuar na intermediação das demandas dos moradores das favelas e o governo. Esse esquema acaba por valorizar o voto das favelas que continuam a crescer. Obviamente, é desinteressante para o “chaguismo” a idéia da remoção das populações para os distantes conjuntos habitacionais, principalmente porque estes não garantem as relações construídas com os favelados. Ao contrário, os conjuntos habitacionais desfazem os laços de amizade, os costumes e a sociabilidade construída nas favelas.

Nas décadas 70 e 80, temos outro fato importante: cresce o número de trabalhos acadêmicos que têm como tema principal a favela (Valladares.op.cit.,p.123). A atenção dos acadêmicos é importante, pois suscita o debate e dá visibilidade à questão da favela tratada até então, com algumas honrosas exceções, como mero caso de polícia ou matéria sensacionalista dos jornais da época. Desse modo, grande parte, para o bem e para o mal, dos “dogmas” e das representações sobre as favelas é cristalizada a partir da universidade.

Contudo, no nível do Estado, só em 1992, após sete anos de recuperação da democracia brasileira é que o plano diretor da cidade do Rio de Janeiro incorpora as favelas. Só a partir desse momento é que elas passam a fazer parte do mapa da cidade. Assim a favela deixa de ser vista como algo à parte e passa a integrar o território do Rio Janeiro oficialmente.

Obviamente isso não significa o fim dos problemas nesses espaços ou mesmo a construção de novas relações sociais, econômicas e políticas mais justas e mais democráticas com os outros territórios da cidade. Todavia, a favela deixa de ser invisível oficialmente, o que já é um avanço importante na luta por outro projeto de cidade que incorpore todos os cidadãos independente do território. A cidade precisa ser plural, mas uma só, com um só cidadão.

2.4 A constituição da Maré

Em 1994, uma lei municipal criou o bairro Maré e agrupou comunidades muito heterogêneas que nunca haviam pensado em se unir e que possuíam histórias diferentes apesar de dificuldades em comum. Tal ato estava mais relacionado às questões políticas e interesses eleitorais conjunturais do que com um projeto ou planejamento de desenvolvimento que visasse ampliar as potencialidades das comunidades da Maré.

Assim, hoje a Maré, oficialmente é um bairro composto por 16 comunidades¹⁷ populares e conta com mais de 132 mil moradores¹⁸. Obviamente nomear a Maré como bairro não resolveu seus inúmeros problemas e nem criou, nos moradores, o sentimento de pertencimento a esse bairro.

Não custa lembrar que a prefeitura agiu sem nenhum tipo de consulta aos moradores ou às instituições locais quanto ao novo status que dava a esse conjunto de comunidades, por isso até hoje muitos moradores não reconhecem a Maré como um território único e portador de uma identidade. Ao contrário, eles acabam fazendo, quase sempre, referencia à sua comunidade específica e não ao conjunto da Maré.

Geograficamente a Maré está situada em uma região privilegiada, pois fica no centro de três eixos rodoviários fundamentais para a cidade do Rio de Janeiro: Linha Vermelha, Linha Amarela e Av. Brasil. Desse modo, é absolutamente impossível não notar a presença imponente desse enorme conjunto

¹⁷ O termo favela não é muito usado pelos moradores, pois segundo eles é depreciativo. Por isso muitos preferem o termo comunidade.

¹⁸ Censo do CEASM, para o IBGE 113 mil pessoas

de favelas, o que, no entanto, não garante que ele seja realmente “visto”, pois apesar dessa “visibilidade” física o que se tem é um olhar marcado por uma série de estereótipos e de representações que absolutizam e homogeneizam aspectos, sobretudo, negativos sobre esse espaço.

Assim, apesar de inúmeros trabalhos acadêmicos, pesquisas e iniciativas de seus moradores que procuram desmistificar esse olhar, o que temos é uma Maré ainda representada pelo estigma da violência, da ausência e da falta de civilidade.

No que tange à ocupação da Maré ela remonta à década de 40 e tem um “mito” de origem bem interessante. Segundo Lílian Fessler Vaz (1994), uma senhora de nome Orosina Vieira teria decidido se estabelecer no morro do Timbau, único local seco da Maré, já que toda a área era um imenso manguezal. Isso se deu a partir de um passeio que essa senhora teria feito com seu marido à região. Dona Orosina teria ficado encantada com a paisagem e, principalmente, teria vislumbrado a possibilidade de construir nesse local uma moradia que a aliviaria do fardo de pagar o aluguel de sua precária habitação no Centro da cidade.

Assim, as terras devolutas da única área seca da Maré ofereciam alternativa para aqueles que, premidos pelas condições econômicas, estivessem em busca de um local para morar.

Além da questão habitacional, outro fator foi fundamental para a consolidação da ocupação no Morro do Timbau: a construção da “variante Rio-Petrópolis”, atual Avenida Brasil. Em 1940, essa via rodoviária começa a ser construída paralela à área onde se constituiu a Maré. Ela ligaria o Centro da cidade aos distantes subúrbios e a intenção principal era a de alargar a malha industrial da cidade já “espremida” no centro.

A construção da Avenida Brasil foi de suma importância para os novos moradores que chegavam à Maré, pois ela oferecia oportunidade de trabalho direto – sobretudo para a mão-de-obra não-qualificada que seria aproveitada principalmente na construção civil¹⁹ - além de atrair efetivamente várias indústrias para a região. Exemplo disso foi a construção da Refinaria de Manguinhos, que consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de

¹⁹ É interessante observar que as precárias condições da região nordeste, muito contribuíram para a chegada de um imenso contingente de pessoas sem qualificação profissional cujo destino seria a construção civil.

empregos e oportunidades econômicas²⁰. Também é digna de nota, a construção na mesma época, da cidade universitária que abrigaria a Universidade do Brasil, atual UFRJ. Muitos dos operários que construíram o *campus* vieram morar no Timbau assim que as obras se encerraram.

Atualmente, um dos traços que distinguem o Morro do Timbau das outras comunidades da Maré é a sua baixa densidade demográfica e a renda média de seus moradores, superior às demais comunidades da Maré. Isso se deve, em grande parte, à maneira como ele foi ocupado, já que esse fato relaciona-se à transferência para a região de uma unidade móvel do exército em 1947²¹. Os novos ocupantes da parte baixa do Morro mantiveram uma relação com os primeiros moradores do Timbau que marcaria para sempre a forma de desenvolvimento dessa comunidade.

Preocupados com o constante crescimento do número de moradias, os militares resolveram tomar para si a prerrogativa de controlar a ocupação do Morro. Passaram a coordenar a construção de ruas e casas, e a influir nas relações entre os moradores. Contudo, isso era feito de forma bastante arbitrária e autoritária. Cobravam-se taxas de ocupação já que os militares diziam que aquelas terras pertenciam ao exército, fato que mais tarde comprovou-se ser inverídico. Proibiam a construção de casas de alvenaria, diziam, desse modo, quem podia ou não morar ali.

Chegou-se ao cúmulo – durante o governo Castelo Branco(1964-1967) – de se pensar em construir cercas em torno do Morro, ato que obrigaria os moradores a passar por apenas um posto de entrada e identificação. É claro que tais atitudes não foram aceitas tão facilmente e muitas foram as contestações por parte dos moradores.²²

Porém, dois foram os efeitos principais da ação do exército: o primeiro diz respeito à ordenação da ocupação espacial. Embora feita em bases autoritárias, garantiu que o espaço fosse mais bem aproveitado e menos “precarizado”. O outro

²⁰ Cabe ressaltar ainda o estabelecimento, anterior a própria Av. Brasil, do Instituto Oswaldo Cruz que conferia destaque à região.

²¹ Em 1947, o 1º Regimento de Carros de combate foi transferido para a Maré, próximo ao Morro do Timbau. A transferência se deu por conta da construção do estádio do Maracanã – o quartel ficava na área que seria atingida pelas obras - que abrigaria a Copa do Mundo de 1950.

²² É famosa a carta enviada ao presidente Getúlio Vargas, por D. Orosina. O próprio Vargas recebeu d. Orosina e lhe entregou uma carta onde afirmava que ela não precisaria pagar as taxas aos militares.

efeito foi que o abuso de poder dos militares refletiu na comunidade que, para enfrentá-lo, criou, em 1954, a Associação de Moradores do Timbau, uma das primeiras do Rio de Janeiro.

Desse modo, paradoxalmente, os militares acabaram por contribuir para muitas das características do Timbau que perduram até hoje, entre elas: população com nível econômico mais elevado devido à seleção dos indivíduos e famílias que podiam pagar as taxas de ocupação; organização dos moradores em Associação e empreendimentos coletivos para a conquista de garantias básicas como água e luz e ordenamento territorial que garantiu um espaço maior e melhor para as moradias. (Fessler. Op.Cit .,p.24)

Ainda na década de 40, e a partir do Timbau, se desenvolveu outra comunidade localizada na área alagada que começava no sopé do Morro. Ela ficou conhecida como Baixa do Sapateiro. O processo de formação e ocupação desse novo espaço será muito diferente do anterior, pois não existia chão para construir, pelo contrário, foi sob as águas da Baía de Guanabara que os novos moradores construíram suas casas. O material usado foi o mais precário possível: tábuas velhas e latas trazidas pela própria maré.

A instabilidade era total, pois, apesar de estar livre do controle do exército, a nova comunidade constantemente era vítima da brutalidade da Guarda Municipal que foi criada exatamente para combater o crescimento das favelas na cidade e que sem nenhum respeito pelos moradores punha abaixo os barracos. Assim, os moradores da Baixa do Sapateiro criaram táticas bem interessantes para resistir às tentativas de desocupação. Uma delas era construir os barracos e as “pontes” de madeira sempre à noite, pois assim estariam livres dos olhos dos guardas, de suas marretas e cordas²³. Pela manhã os barracos eram ocupados pelas mulheres e crianças que sob hipótese alguma deveriam sair do seu interior, pois assim os guardas municipais não poderiam destruir a nova moradia.

Como no Timbau, a necessidade de lutar pela permanência no local fez com que os moradores da Baixa do Sapateiro criassem uma Associação²⁴. A partir desse momento a resistência ao arbítrio do poder público se torna mais organizada e os moradores começam a empreender a luta por melhorias estruturais, como

²³ Os barracos eram amarrados e puxados todos de uma vez por tratores da Guarda Municipal.

²⁴ Fundada em 1957 com o nome de “União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro”.

água e luz elétrica. É importante registrar que, a medida em que a Av.. Brasil e as obras da Cidade Universitária eram concluídas, novos moradores iam chegando à “Baixa”, o que fez com que o espaço de ocupação tivesse que se dilatar e avançar sobre a área da Baía de Guanabara.

Assim, a partir do estabelecimento da Baixa do Sapateiro e seu crescimento, surge, no início dos anos 50, um novo núcleo de ocupação: o Parque Maré. Este possui características muito próximas aos da “Baixa”. Nessa comunidade, os moradores também construíram o que se convencionou chamar de palafitas, ou seja, casas de madeira que ficavam equilibrados sobre as águas, apoiadas por estacas fincadas no fundo da Baía de Guanabara e que chegavam a ter até três metros de altura.

No início dos anos 60, com o aterramento da área próxima à Avenida Brasil pelo governo Carlos Lacerda – junto a atual rua Teixeira Ribeiro que desemboca na Avenida Brasil – e a criação a Associação de Moradores, a luta pela fixação definitiva da nova comunidade ganha força e vai se consolidando ao longo das décadas de 70 e 80. Ao mesmo tempo em que o Parque Maré se desenvolvia, surgia uma nova comunidade que mais tarde ficaria conhecida como Parque Major Rubens Vaz, ou simplesmente Rubens Vaz²⁵.

Localizada no que seria um grande areal, a nova comunidade possuía um líder que seria fundamental para seu desenvolvimento: o paraibano João Araújo. Ele organizou a construção dos barracos, o aterramento das ruas e a obtenção de água a partir do rompimento de uma adutora que passava pela Av. Brasil. Outro nome importante para a comunidade foi o de Margarino Torres. Advogado comunista, ele defendeu a permanência dos moradores contra as tentativas de expulsão feitas pelo Estado.

Com o rápido crescimento da Rubens Vaz e a conseqüente falta de espaço, Margarino Torres começou a organizar a ocupação de uma área próxima, dessa ação surgiu a comunidade conhecida como Parque União.

²⁵ Esse nome foi criado em 1965 em uma homenagem ao major da Aeronáutica assassinado na Rua Toneleiros em 1954 quando fazia a segurança do jornalista e futuro governador da Guanabara Carlos Lacerda. Esse fato marcou profundamente a história do Brasil, pois o atentado que deveria calar Lacerda, foi creditado ao então presidente Getúlio Vargas, fato que contribuiu para o agravamento da crise política que levou Vargas ao suicídio.

Essa nova comunidade seria estabelecida sobre um aterro feito por uma empresa particular que por problemas financeiros acabou repassando o terreno para a Caixa de Amortização da União. Margarino Torres estabeleceu o traçado das primeiras ruas – fato fundamental para a atual configuração do Parque União, em geral com ruas bem mais largas e de traçado mais regular que todas as outras comunidades iniciais à exceção de Nova Holanda. Margarino delimitou o tamanho e a localização dos primeiros barracos e decidiu quem podia ou não morar na comunidade.

É interessante observar que ele cobrava taxas aos novos moradores²⁶, bem como exigia a apresentação de carteira de trabalho e documentos para aceitar a sua fixação. Por vezes, Margarino Torres agiu de forma autoritária, pois chegou a incendiar barracos de moradores que desobedeceram a suas ordens. Em 1961, ele deixa a comunidade por conta de problemas políticos. É a época em que foi criada a Associação de Moradores e, a partir daí, a prioridade passa a ser a melhoria da infra-estrutura do local e a definitiva conquista do direito de permanecer nele, fato que se consolida no final da década de 70.

No início da década de 60 surge a última das comunidades originais da Maré: a Nova Holanda. Bem diferente das demais, ela foi construída pelo poder público como um “conjunto habitacional provisório” e só mais tarde virou uma “favela” no dizer dos próprios moradores. Criada no governo de Carlos Lacerda para ser um CHP (Centro de Habitação Provisória), Nova Holanda retrata bem qual era a forma de olhar e de agir da sociedade e do poder público sobre a questão das favelas cariocas nos anos 60. Os CHP’s deveriam abrigar provisoriamente moradores removidos de várias favelas, sobretudo da valorizada Zona Sul e da Zona Norte da cidade.

A idéia principal era a de que nesses centros habitacionais provisórios os moradores aprendessem novos hábitos de higiene; novas formas de relacionamento social e convivência comunitária. Só quando estivessem “civilizados” o suficiente para morar em casa de alvenaria ou apartamentos dos conjuntos habitacionais é que os “favelados” poderiam deixar os CHP’s.

²⁶ Essas taxas pagavam os honorários de Margarino Torres e deveriam ser reinvestidas na melhoria da infra-estrutura da comunidade.

Nos CHP's o controle dos moradores era intenso, havia horário de entrada e saída, e esse papel era exercido pela Fundação Leão XIII em conjunto com um posto policial local. Havia, ainda, a proibição de qualquer melhoria nas habitações, pois o governo Lacerda afirmava aquela situação como provisória, já que os moradores após o período de adaptação seriam transferidos para conjuntos habitacionais. No entanto, o provisório foi se tornando permanente, principalmente porque a transferência dos moradores estava condicionada à renda familiar e a possibilidade do pagamento das prestações dos apartamentos.

Assim, como a maioria dos moradores não conseguia se enquadrar nos requisitos de renda mínima exigida, eles eram, obrigados a permanecer nas casas de madeira sem, contudo, poder fazer qualquer tipo de reparo²⁷. Com o tempo, essas casas vão se deteriorando, no mesmo contexto em que os serviços de água, luz e esgoto acabam por falir por completo no início da década de 70. Isso ocorreu, em parte, por conta da chegada de mais moradores removidos de outras favelas e também porque havia inúmeras ligações clandestinas – os famosos “gatos” – que desviavam água, luz e esgoto para o Parque Maré comunidade vizinha à Nova Holanda que não possuía esses serviços.

O final da década de 70, e o início da década de 80, marcam uma intensa luta por melhorias e pelo fim da tutela da Fundação Leão XIII em Nova Holanda. A partir de 1984, com a conquista da Associação de Moradores²⁸ por parte de um grupo de jovens moradores, com grande destaque para um grupo de mulheres integrantes da “chapa rosa”(Sousa Silva,1995), há um claro declínio da influência da Fundação Leão XIII e a vida política em Nova Holanda ganha cada vez mais autonomia e organização.

²⁷ Segundo relato dos moradores, a polícia e a Fundação Leão XIII agiam de forma agressiva contra os moradores que tentavam reparar suas casas.

²⁸ A Associação fora fundada em 1981 por imposição do governo federal como parte da implementação do Projeto-Rio. Assim a primeira diretoria estava claramente comprometida com a Fundação Leão XIII e seu controle sobre os moradores. A chapa Rosa, formada em sua maioria por mulheres, venceu as eleições e passou a organizar os moradores na luta por melhorias estruturais em Nova Holanda.

Mesmo com a constante luta pela fixação definitiva das comunidades da Maré e a conquista de algumas vitórias importantes nesse sentido, como a eletrificação de algumas ruas, a preocupação e o medo da remoção permaneciam muito vivos entre os moradores.

Desde o início da ocupação do território da Maré, essa era a maior aflição dos moradores. Ninguém queria ir morar nos distantes conjuntos habitacionais, pois isso implicava a perda de laços de amizade e dificuldades econômicas de toda ordem. É comum, entre moradores mais antigos, a referência a esses laços como um dos principais motivos para a luta pela permanência das comunidades.

O medo da remoção aumentou muito com o lançamento do Projeto-Rio em 1979. Esse projeto do governo federal era também conhecido como Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR) e prometia uma enorme interferência no território da cidade do Rio de Janeiro. Ele começaria na área da Maré indo até a cidade de Caxias e atingiria pelo menos 250 mil pessoas.(Valla, op.cit.p.142).

Muito embora entre seus objetivos principais estivesse a urbanização das favelas da Maré e a remoção de suas palafitas para conjuntos habitacionais dentro da própria Maré, os moradores se sentiram muito inseguros, pois as informações que tinham eram sempre muito precárias. O governo federal, como de costume, não ouviu ou sequer levou em consideração as demandas dos moradores. Tudo foi decidido a partir dos pareceres técnicos dos engenheiros contratados pelo Ministério do Interior.

Por isso os moradores da Maré criaram a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM). Essa instituição procurou pressionar o governo federal no sentido de fazer com que as observações e propostas dos moradores fossem ouvidas.

É digno de nota que o Projeto-Rio contou com a efetiva fiscalização dos moradores. As associações cobravam do poder público sempre que apareciam problemas, principalmente quando o cronograma das obras atrasava. Em 1985, foi anunciado o fim do Projeto-Rio, embora as obras prometidas ainda não tivessem sido concretizadas. Nesse momento, a Associação de Moradores de Nova Holanda articula-se com as demais Associações e juntas cobraram, com protestos, passeatas e a ocupação da sede da Caixa Econômica Federal, a conclusão das

obras. O movimento dá certo e no início dos anos 90 as obras estavam praticamente concluídas.

Neste ponto, cabe destacar pelo menos uma questão inerente à formação da Maré: a luta dos moradores contra as imensas adversidades sejam elas decorrentes da geografia e condições naturais do local ou decorrentes da política de remoção. E ainda: a capacidade organizativa desses moradores.

A conclusão de parte do Projeto Rio é prova disso, na verdade, ele só foi concretizado na Maré porque as lideranças locais, os moradores e as Associações de moradores se uniram e pressionaram o Estado no sentido da finalização das obras.

Garantida a fixação definitiva das comunidades e a infra-estrutura mínima, os anos 90 foram marcados pela busca da ampliação dos direitos na Maré. Questões como educação, saúde e cultura ganham destaque, sobretudo, porque o Estado não cumpria como deveria suas funções.

Contudo, a luta pela garantia de direitos não se esgota com a obtenção da construção de escolas, canalização de esgoto, água e luz elétrica, obtidos a partir da pressão feita pelos moradores. Na verdade, na Maré e nas favelas cariocas, neste momento, se desenvolve outra luta crucial: a luta pelo direito à cidade. O reconhecimento de que a favela é parte da cidade é de que seus moradores têm exatamente os mesmos direitos que os outros moradores de outros territórios da cidade é fundamental para a superação, ao menos em parte, dos graves problemas do Rio de Janeiro.

Na próxima seção vamos observar a construção de algumas representações e alguns discursos que se colocam no limite da permanente tensão entre o reconhecimento da favela como parte da cidade ou como algo estranho a ela. Tais discursos são importantes porque elucidam muitas das práticas desenvolvidas ainda hoje e que continuam a orientar muitas ações sobre as favelas.

2.5 A favela: os discursos estruturantes

Conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos casas), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais (Apud: censo CEASM, 2000).

Essa definição, que é oficial e, portanto, orienta ações do governo, da sociedade civil e dos agentes do mercado com relação às favelas, existe há mais de cinco décadas e foi construída para definir o que era uma favela no início da década de 50²⁹, época em que esse fenômeno social ganhava cada vez mais importância e surgia na cidade do Rio de Janeiro como um “problema” que precisava ser resolvido.

Todavia, tal definição apresenta muitas deficiências. A primeira diz respeito ao seu tempo de vida. Certamente, uma favela do final dos anos 40 e início dos 50, não é a mesma que a dos anos 2000. Contraditoriamente, é essa definição que consta no último e mais recente recenseamento populacional do IBGE. Assim, mesmo com novas técnicas, metodologias mais modernas e maior abrangência e poder de ação, o IBGE continua olhando e definindo as favelas como nos anos 50. Portanto, a questão não é técnica, mas de definição política.

Outra limitação latente é justamente o olhar homogeneizador sobre esse fenômeno social. Como esclarece Valladares (op.cit.,p.151) esse é um “dogma” das ciências sociais que é incorporado ao discurso sobre a favela e acaba orientando os olhares de outros cientistas sociais. Não se considera a enorme diversidade das favelas. Esses espaços não só cresceram e ocuparam novas áreas, mas se complexificaram muito. Casos como o da Maré, constituída por dezesseis comunidades muito diferentes entre si e com histórias muito peculiares, são solenemente ignorados. As Favelas ainda são tratadas no singular.

Por fim, podemos observar uma posição preconceituosa quando todas as características apresentadas para definir a favela são marcadamente negativas e

²⁹ Na verdade essa definição data do censo do IBGE de 1950, dirigido por Alberto Passos Guimarães e foi reeditada para o censo de 2000.

pautadas pela ausência, ou seja, não se reconhece nada de bom ou positivo nesses territórios.

O espaço das favelas é visto e definido como o lugar da ausência total e completa, incluindo-se a cidadania. Por isso, muitas organizações que trabalham com a questão da favela, por exemplo, falam em “resgate da cidadania”, “construção da cidadania”. Como se as pessoas que habitam nesses territórios não fossem cidadãos, não pertencessem à República.

Certamente, quando se construiu o conceito do IBGE, tinha-se como horizonte padrões considerados “normais” de habitação e também de comportamento. Entretanto, é possível verificar que, ao longo da história, tais padrões foram sempre pautados pelas classes mais abastadas que impõem seus hábitos e comportamentos aos grupos e classes sociais mais pobres. Disso decorre uma total desqualificação de todas as formas e padrões de comportamento e de vivência que não atendam aos ditos padrões normais ou civilizados.

Não se reconhece que nesses territórios populares existe uma variada e rica gama de práticas e soluções criativas promovidas pelos moradores das favelas no enfrentamento de seu cotidiano.

Aliás, essa é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores das favelas, ou seja, o fato de se definir a favela sempre “como um espelho invertido” (Zaluar1998. Apud: Lyrio, 2005) do que seria a “boa sociedade”. A favela é freqüentemente retratada como um problema exatamente por não assumir os padrões “da cidade” civilizada e moderna. Ou seja, é como se ela não pertencesse à cidade, representando o atraso e, ao mesmo tempo, um território estranho à *Urbe*.

Desse modo, ela é apresentada sempre com um problema e, por isso, como passível de ser eliminada ou sofrer uma “intervenção civilizatória” em nome da criação de novos hábitos e práticas “mais condizentes com o normal” ou com o belo e certo.

Obviamente, há um sentido nisso. Como demonstra bem Lyrio (2005), a definição do que é próprio legítimo e “legal” se faz na disputa por um projeto hegemônico de cidade e sociedade. Historicamente, as camadas mais abastadas, por possuírem os meios que convertem esse projeto em ação prática - simbólica e material – definem os espaços populares, particularmente as favelas, a partir de

uma lógica eivada de estereótipos e preconceitos, que tem com função básica manter as desigualdades e as relações de hierarquização.

Essa lógica dá origem à construção de alguns discursos sobre a favela que ajudaram e, ainda ajudam, a criar uma série de representações que povoam o imaginário social e criam alguns estigmas que, por sua vez, geram ações dos diversos agentes públicos e particulares sobre a favela que em nada auxiliam no enfrentamento dos problemas vividos nesses espaços da cidade.

Para efeito desse trabalho, vamos considerar apenas três discursos que são, ao nosso ver, os mais comuns e os que estruturam intervenções e criam representações que persistem sobre o fenômeno da favela de forma mais marcante e duradoura. São eles: o discurso conservador, o discurso populista e o discurso progressista.

O primeiro deles, o discurso conservador, ganha força ainda quando os cortiços eram o principal “problema” da cidade e as favelas ainda não apareciam como grande preocupação; O discurso populista se expressa por volta dos anos 30, quando a favela e as “massas” populares do Rio de Janeiro passam a fazer parte da pauta política varguista; por fim, temos o discurso progressista que ganha força nos anos 70 e 80 quando o tema da participação popular assume consistência na luta pela redemocratização do Brasil.

Na realidade há, por vezes, uma imbricação difícil de perceber e separar entre esses discursos, ao mesmo tempo em que eles se confundem e convivem muitas vezes a partir dos mesmos atores sociais. Contudo, mesmo correndo alguns riscos é importante tentarmos observar mais de perto o que eles dizem, mesmo que não tenhamos a pretensão e nem o espaço para esgotá-los. Todavia, a importância de nos determos nas linhas mais gerais desses discursos reside no fato deles, ainda hoje, definirem em grande medida as ações do poder público com relação aos espaços populares da cidade.

Desse modo, o discurso dos setores mais conservadores identifica, de forma linear, pobreza e criminalidade. Segundo os conservadores, todo favelado é um potencial bandido ou criminoso. Este discurso incorpora, assim, a teoria das “classes perigosas” discutida em outro ponto do nosso texto. Assim, os programas sociais e os investimentos públicos teriam como função básica “tirar os moradores,

sobretudo, jovens e crianças, do caminho do crime”³⁰. Como se o crime estivesse no DNA desses jovens e fosse natural o ingresso na vida criminosa.

Nessa mesma linha, são justificáveis as incursões violentas da polícia militar às favelas para dar conta dos criminosos que “não têm mais salvação”. Esse tipo de ação tem se materializado atualmente, por exemplo, na utilização do carro de combate blindado do BOPE³¹, mais conhecido como “Caveirão”³² que aterroriza os moradores dos espaços populares por conta de sua truculência³³ e total desrespeito às leis.

Há ainda, de tempos em tempos, a volta da idéia da ocupação das favelas pelas forças armadas e a instauração da pena de morte como solução para o problema da violência. Violência que teria, quase que exclusivamente sua origem nas favelas dali se alastrando para o conjunto da cidade. Temos aí uma analogia com o passado, onde as doenças e epidemias estiveram associadas exclusivamente aos cortiços. Agora a violência é a doença que sai das favelas e atinge a “boa sociedade”.

Assim, o discurso conservador vê a favela como um espaço moralmente degradado, caótico, sem lei e inimigo da “cidade”. Não há o reconhecimento das formas de relacionamento e sociabilidade comunitária nas favelas, pois elas não se enquadram nos padrões morais ditos normais. Não é à toa que as populações mais pobres são taxadas de violentas, sem cultura, desprovidas de senso estético e colaboradoras dos grupos armados que dominam seus territórios.

Já no discurso populista, consolidado pela política de Getúlio Vargas nos anos 30, temos uma redefinição da imagem das populações favelas. De bandidos e perigosos elas passam a vítimas de um sistema perverso que as marginaliza e impõe toda a sorte de dificuldades e que por isso mesmo precisariam de um defensor, de um “pai dos pobres”, para agir em seu nome e assegurar-lhes uma vida melhor. É interessante observar que é justamente aí que se sustentam a política e o discurso populista, ou seja, o reconhecimento das dificuldades de

³⁰ Um conhecido programa cultural oferecido em favelas cariocas tinha como slogan a seguinte frase: “dançando para não dançar”.

³¹ Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

³² Essa é uma alusão ao símbolo do BOPE, ou seja, um crânio humano transpassado por uma espada.

³³ Esse carro de combate da força policial carioca não possui local para transportar prisioneiros o que reforça a lógica da eliminação física dos “inimigos”.

sobrevivência das camadas populares e a possibilidade da manipulação para fins políticos e eleitorais dessas demandas sociais

Esse discurso, aponta também para a valorização do trabalhador e para a imposição da ética do trabalho (Valladares, op.cit.,p.126) às populações faveladas como forma de controle e negociação política. Toda a obra política de Vargas é erigida entorno desse discurso e suas ações procuram cooptar as massas trabalhadoras através da implementação de melhorias nas condições de trabalho e implementação de leis trabalhistas que sirvam para capitanear apoio para o governo e desmobilizar os sindicatos mais combativos.

O efeito dessa prática é muito ruim para os setores populares, pois acaba por retirar a possibilidade de uma organização autônoma e independente. Assim, a prática populista, que incorpora o assistencialismo, é extremamente nociva aos espaços populares e ainda hoje é marca da maioria das lideranças políticas que atuam nas favelas e na periferia.

No terceiro discurso, o progressista, há denúncia da desigualdade, da discriminação e da violência sofridas pelos moradores das favelas. Esse discurso surge, sobretudo, a partir da mobilização social pela redemocratização do Brasil e se encontra com a luta das favelas contra a política de remoção iniciada com muito vigor nos anos 60.

Contudo, embora denunciem as dificuldades em que vive a população dos espaços favelados, os agentes desse discurso acabam por contribuir também para uma imagem distorcida das populações que habitam as favelas. Pois, da mesma forma que o discurso dos conservadores e dos populistas não reconhece o protagonismo dos moradores desses espaços, já que acaba por enxergá-los como sendo “carentes” e dependentes de agentes externos para resolver seus problemas. Acabam por achar que suas soluções, geralmente de cunho “academicista”, deveriam ser seguidas por essas populações que não teriam condições de estabelecer, soluções e saídas criativas para seus próprios problemas.

Por outro lado, em nome de uma suposta justiça social, acabam por aceitar como natural o famoso “jeitinho brasileiro” para driblar as dificuldades do cotidiano dessas populações. E, por isso mesmo, acabam por tolerar algumas transgressões como: pequenos furtos, roubos de energia e água, entre outros delitos considerados menores. Isso seria uma espécie de compensação por essas populações sofrerem com a grande desigualdade social do país.

Assim, estabelecem uma relação muito contraditória com as favelas, pois numa ponta do discurso afirmam a necessidade do reconhecimento dos direitos de seus moradores, mas no outro extremo acabam por negligenciar os deveres, como cidadãos, desses mesmos moradores.

Tal postura abre espaço para relações paternalistas e assistencialistas que criam situações de dependência com o poder público ou com agentes privados, que não ajudam em nada a melhorar as condições de vida das populações que habitam as favelas cariocas. É recorrente o caso de políticos que em épocas de eleição montam suas bases em diversas favelas da cidade, sobretudo, naquelas com uma população significativa, com é o caso da Maré, da Mangueira, do Complexo do Alemão, da Rocinha e outras.

Desse modo, o que une os três discursos acima é a idéia de que a favela não faz parte da cidade ou, o que dá no, mesmo: a idéia de que o morador da favela não é um cidadão “completo”.

A oposição favela X asfalto, tão divulgada na mídia e assumida como absoluta verdade pelo senso comum e expressa na fórmula da “cidade partida” permanece como um limite à cidadania.

Talvez o maior exemplo da materialização dessa idéia seja o livro do jornalista Zuenir Ventura (1994) onde a construção de dois mundos separados e diferentes assume sua forma mais acabada. Muito embora a expressão seja usada como denúncia e o próprio autor reconheça a necessidade de “juntar os dois territórios”- a cidade e a favela -, podemos observar que seus comentários, mesmo quando condescendentes com a favela, são sempre colocados do ponto de vista “da boa sociedade”.

Apesar de ter passado dez meses freqüentando uma favela carioca e convivendo com seus moradores, ele não conseguiu se desfazer do olhar “estrangeiro” e, mesmo diante de problemas que perpassam a sociedade, não sendo, portanto, exclusivos da favela, como as drogas e a violência, ele enxerga esse território sempre como ponto de partida desses fenômenos. É sintomático, por exemplo, que das mais de vinte pessoas a quem o autor agradece no final de seu livro nenhuma seja da favela na qual ele esteve. Mesmo a única história romântica do livro, vivida por um casal de classe média alta, não tem similaridade ou correspondência na favela.

A idéia da cidade partida interessa a muitos setores sociais comprometidos com a manutenção da ordem e da hierarquia social. Afirmar a favela como parte constituinte da cidade pode significar a obrigação de rediscutir o projeto de cidade que vigora hoje. Mudar esse projeto de cidade exige mudar as relações sociais desiguais e injustas e certamente isso parece absurdo aos olhos de muitos.

No projeto de sociedade que vigora, continua valendo o mesmo ideal do início do século XIX, ou seja, na cidade moderna, não há espaço para as massas populares habitarem as áreas mais valorizadas e conviverem lado a lado com a “boa sociedade”.

Contudo, hoje é impossível realizar, uma ampla remoção das populações pobres dessas áreas valorizadas da cidade. Por isso, muitos refugiam-se na fórmula da cidade partida e não reconhecem o direito à cidade que a população da favela tem.

Nesse sentido, no próximo capítulo vamos observar mais de perto alguns dados sobre a realidade atual da Maré e sobre a constituição do CEASM, instituição que se propõe a ajudar a mudar o quadro social que apresentamos acima afirmando o direito à cidade dos moradores da Maré.